



Relatório da
Conferência interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e
Governança na União Europeia
Praga, 10 e 11 de outubro de 2022

I. Enquadramento

Realizou-se em Praga, nos dias 10 e 11 de outubro de 2022, no âmbito da Dimensão Parlamentar da Presidência Checa do Conselho da União Europeia (UE), a Conferência interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governança na União Europeia, cujo programa pode ser consultado na página do evento, [aqui](#).¹

Pela primeira vez desde as circunstâncias excecionais ditadas pela pandemia da doença Covid-19, o evento decorreu em formato presencial, contando com a participação dos Parlamntos nacionais de 22 dos Estados-Membros (EM) da UE e do Parlamento Europeu (PE), e ainda de Parlamntos de Estados-candidatos à adesão à União.²

Integraram a Delegação da Assembleia da República, pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, a sua Presidente, Deputada **Isabel Meirelles** (PSD) - que assumiu a chefia da Delegação -, a Deputada **Ana Bernardo** (PS) e o Deputado **Jorge Galveias** (CH); pela Comissão de Assuntos Europeus, o Deputado **Miguel Iglésias** (PS); pela Comissão de Orçamento e Finanças, o Deputado **Carlos Brás** (PS); pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, o seu Presidente, Deputado **Afonso Oliveira** (PSD); e pela Comissão de Ambiente e Energia, o Deputado **Hugo Patrício Oliveira** (PSD).

A assessoria foi prestada pela Representante Permanente da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia, Catarina Lopes, e pelo Assessor Parlamentar da 10.ª Comissão, Pedro Pacheco.

¹ <https://parleu2022.cz/event/inter-parliamentary-conference-on-stability-economic-coordination-and-governance-in-the-european-union-ipc-secg>

² A lista de participantes está disponível nesta [ligação](#).



II. Da Conferência Interparlamentar

➤ Dia 1: 10 de outubro de 2022

- Sessão de abertura

A Sessão de Abertura contou com as intervenções de **Markéta Pekarová Adamová**, Presidente da Câmara dos Deputados do Parlamento da Chéquia, **Josef Bernard**, Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados do Parlamento da Chéquia e **Vladislav Vilímec**, Presidente da Comissão da Economia Nacional, Agricultura e Transportes do Senado do Parlamento da Chéquia.

Markéta Pekarová ADAMOVÁ, Presidente da Câmara dos Deputados do Parlamento da Chéquia, destacou que a Europa se deveria opor à ambição imperial russa, e que tal só seria possível mantendo-se unida e pugnando pela preservação do seu modelo democrático e económico. Assim, congratulando-se com a tentativa de redução dos preços da energia, defendeu que se visasse o médio-longo prazo, promovendo a sustentabilidade das políticas a adotar. Deu o exemplo da responsabilidade fiscal e orçamental, a assumir enquanto não fosse demasiado tarde, e incentivou a discussão e simplificação das regras em vigor, fazendo referência ao imposto sobre lucros extraordinários e à participação das mulheres no mercado de trabalho, em especial aos direitos de paternidade e à conciliação entre a vida profissional e familiar. Posto isto, aludiu ao investimento em educação e energias renováveis, identificando a importância de compatibilizar a descarbonização e o crescimento económico, e caracterizando a energia nuclear como uma fonte de energia limpa e segura, que poderia contribuir para a almejada autonomia energética. Finalizou desejando um proveitoso dia de trabalho a todos os participantes.

Josef BERNARD, Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados do Parlamento da Chéquia, sinalizou que atravessámos a maior crise energética das últimas décadas, lamentando que a Europa tenha desvalorizado os sinais dados pela Rússia ao longo dos últimos anos, e observou a dependência existente, que justifica a procura de fontes de energia alternativas, do gás à energia nuclear, passando pelas energias renováveis. Ainda assim, não deixou de realçar que o Presidente da Federação



Russa, Vladimir Putin, não contara com a unidade europeia, a mesma unidade que a UE revelara durante a pandemia, com a aquisição conjunta de vacinas, e com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), aproveitando para indicar, a este propósito, que o Plano checo estava a funcionar, em particular nas áreas da educação, saúde, ciência e empreendedorismo. Deste modo, exortou a um novo ímpeto económico, fazendo votos para que esta crise fosse encarada como uma oportunidade para a independência energética em relação à Rússia, rumo à autossuficiência europeia também neste campo.

Vladislav VILÍMEC, Presidente da Comissão da Economia Nacional, Agricultura e Transportes do Senado do Parlamento da Chéquia, tendo presente o cenário internacional, apelou à procura do denominador comum europeu que ajude ao desenvolvimento de medidas. Sem deixar de evidenciar preocupações com o aumento da dívida, preconizou que a UE desse indicações sobre a orientação económica dos EM, apelando à responsabilidade na adoção de políticas públicas. Prosseguiu lembrando que a Chéquia sempre foi um país industrial, e que aspirava à independência energética, de forma a ajudar as suas empresas e os seus cidadãos. Não obstante, traçou um risco associado ao Estado de Direito, entendendo que, apesar de a UE promover de forma intransigente as medidas da liberdade de escolha e circulação, deveria, ainda assim, olhar para a diversidade dos diferentes EM, o que não poderia ser ignorado quando se procuram soluções pan-europeias.

- Sessão 1: Mecanismo de Recuperação e Resiliência – Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência (estado atual de implementação e novos desafios)

A Sessão 1 agregou duas partes: a primeira com alocução de **Valdis Dombrovskis**, Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia (doravante também Comissão), que participou remotamente por via eletrónica, e discussão com os participantes, e a segunda com intervenção de **Marian Piecha**, Adjunto no Ministério da Indústria e do Comércio da Tchéquia, Departamento para os Fundos Europeus e para a Economia Digital, e **Tomáš Tesař**, Adjunto no Ministério do Ambiente da Tchéquia, igualmente seguida de debate com os participantes.

- 1.ª Parte:



Valdis DOMBROVSKIS, Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia, começou por apresentar um balanço do MRR, descrevendo a sucessão de atos que decorreram até à implementação dos Planos (PRR) dos diversos EM. Destarte, deu conta que naquele mesmo dia a Comissão havia validado os Planos de 26 EM, estando ainda em avaliação o da Hungria. Ao mesmo tempo, a UE apoiou a concretização de reformas, pretendendo o programa *REPowerEU* reforçar a independência europeia em relação às energias fósseis russas, substituídas por um fornecimento de energia mais confiável e sustentável. Adicionalmente, informou que, até agosto 2023, os EM podem solicitar meios suplementares para empréstimos e garantias. Por outro lado, recordou que o MRR contemplava de igual modo a transição verde e digital e o Pilar Europeu Direitos Sociais (PEDS), de molde a cumprir o compromisso de que ‘ninguém fica para trás’, sendo ainda previsível que, face às transformações verificadas nos últimos tempos, os EM suscitassem a revisão dos respetivos Planos. De resto, tendo em conta a alteração das circunstâncias, reconheceu que só seria possível atingir os objetivos trabalhando em conjunto com os parceiros sociais, o PE e os Parlamentos Nacionais.

Seguiu-se uma ronda de intervenções, em que participaram membros do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais, que, em suma, ressaltaram a necessidade de um acordo no Conselho Europeu para inserir alterações ao MRR, em função da guerra em curso, e bem assim a relevância de estarmos preparados para enfrentar crises semelhantes no futuro, devendo o MRR tornar-se um instrumento europeu permanente (**Stavros KALOGIANNIS – Grécia**); questionaram como se poderia garantir que a inflação não aumentaria, como se poderia promover uma ligação mais forte entre os EM, e como é que a Comissão conseguiria garantir que o dinheiro não seria desperdiçado (**Ingeborg GRÄBLE – Alemanha**); apontaram a urgente requalificação dos recursos humanos, sob coordenação europeia, e para uma resposta rápida da UE a eventuais pedidos de revisão do MRR (**Neale RICHMOND – Irlanda**); relataram a delicadeza da situação económica no seu país, sugerindo que os fundos destinados à Hungria, pudessem ser transferidos diretamente para as pessoas e para as autarquias, e não para o Governo (**Zoltán VAJDA – Hungria**); reconheceram que o seu país era o único EM sem o PRR aprovado pela Comissão, apesar de já o ter submetido há muito, e de se terem disponibilizado para acolher as sugestões aduzidas, numa ótica de unidade e cooperação (**Boglárka ILLÉS – Hungria**); registaram a sua satisfação com a implementação do PRR, esperando que a mesma continuasse a ser eficaz (**Grozdana PERIĆ – Croácia**); assinalaram que o seu país tinha perdido parte da sua população



para a emigração no seguimento da crise, rejeitando, também por isso, o regresso de políticas de austeridade (**Igors PIMENOVŠ – Letónia**); vincaram a centralidade da transição verde e digital, apelando ao escrutínio da UE (**Algirdas BUTKEVIČIUS – Lituânia**); invocaram um maior controlo da fiscalização dos PRR e perguntaram que novas iniciativas podiam ser adotadas sobre estas matérias com os pagamentos do MRR até 2028 (**Claude RAYNAL – França**); pediram dados sobre os projetos apresentados pelos EM tendo em vista a transição verde e digital e a adaptação das administrações públicas à computação em nuvem (**John LAHART – Irlanda**); saudaram a prometida revisão do MRR e sinalizaram o impacto da crise migratória no cumprimento do PRR (**Christiana EROTKRITOU – Chipre**); definiram como objetivo a transição verde e o combate aos preços elevados provocados pela inflação (**Charles MARGUE – Luxemburgo**); enalteciram o papel dos Parlamentos Nacionais na ratificação do PRR, que gerara confiança entre as instituições, advogando que tudo se deveria fazer para evitar o desperdício de fundos (**Margarida MARQUES – PE**); elogiaram o apoio aos cidadãos do seu país via PRR, comungando de uma futura revisão do MRR (**Savoulla ORPHANIDOU – Chipre**); indagaram sobre a existência de estudos sobre o impacto destas medidas no crescimento da UE (**Nicola IBERSHOFF – Alemanha**); por último, propugnaram solidariedade e diálogo com os países candidatos e vizinhos, notando que acolhem milhões de refugiados no seu território (**Cevdet YILMAZ - Turquia**).

Em resposta, **Valdis DOMBROVSKIS**, Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia, anunciou que já fora aprovada uma emenda ao MRR, estando em análise a diversificação das suas fontes de financiamento, clarificando que este era apenas um dos instrumentos disponíveis. Advogou que as políticas fiscais e monetárias não se deveriam contradizer e fez menção ao contacto estreito com os auditores da implementação dos PRR. Concordou totalmente com o destaque da valorização profissional, na qual sobressaía a Agenda de Competências da Comissão, assim como se referiu à revisão dos PRR, desde que de forma justificada, tendo em conta o novo contexto internacional. De igual modo, explicou que ainda decorria a avaliação do PRR da Hungria, assim como também se encontrava em curso a apreciação de uma eventual revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). Pronunciou-se sobre os recursos próprios da UE e sobre os dados do impacto económico do programa *NextGenerationEU* nos EM, que estavam disponíveis na página eletrónica do MRR, concluindo que existia igualmente avaliação ao nível de alguns EM. Frisou assim que



se tratava de uma agenda ambiciosa, que almejava voltar a colocar a UE no trajeto que estava em curso antes da crise pandémica e da guerra na Ucrânia.

- 2.ª Parte:

Marian PIECHA, Adjunto no Ministério da Indústria e do Comércio da Tchéquia, Departamento para os Fundos Europeus e para a Economia Digital, enfatizou que a implementação dos PRR mudara completamente nos dois últimos anos, sendo que o Plano checo se focava nos cuidados de saúde, construção e recursos próprios. A este propósito, salientou que, graças à inflação, os projetos eram agora bem mais dispendiosos do que outrora, aludindo ainda ao rápido crescimento dos preços da energia e aos problemas das cadeias de abastecimento, com falta de navios e motores, o que abrandou a economia. Por conseguinte, valorizou a possibilidade de reavaliação dos PRR, tal como o contributo do programa *REPowerEU* para enfrentar estas crises. Aliás, comunicou que a Tchéquia era um dos 10 EM que já haviam discutido este programa com a Comissão, e que no seu caso assentava em 3 pilares, a saber: empreendedorismo, poupança e diversificação das fontes de energia. Em resumo, terminou apontando à otimização do consumo energético.

Tomáš TESAŘ, Adjunto no Ministério do Ambiente da Tchéquia, apresentou-se em representação de um Departamento dedicado ao desenvolvimento de soluções de poupança de energia, mobilidade verde, economia circular e apoio à biodiversidade. Neste seguimento, descreveu o âmbito de intervenção e algumas das iniciativas implementadas, dando igualmente conta que, até aquele momento, o seu país apenas recorrera às subvenções, e não aos empréstimos, do PRR, e que estes últimos, dadas as suas condições atrativas, poderiam ajudar a transição energética da Tchéquia. Assim sendo, alegou que as medidas suportadas pelos PRR nacionais deveriam contribuir para esta transição. A discussão em curso não poderia, porém, negligenciar a defesa do ambiente e o contributo no combate às alterações climáticas, devendo optar-se por respostas sustentáveis, não sendo razoável ter de escolher entre o aquecimento e a transição verde.

Durante nova ronda de intervenções, foi dada a palavra ao Deputado **Miguel IGLÉSIAS** (S&D), que indicou a importância de a Comissão promover a revisão dos calendários de execução dos PRR, visto que, não obstante terem sido desenhados em reação à



pandemia, era já claro que a guerra na Ucrânia acrescentara grandes desafios à execução dos Planos nos EM. Nestes termos, 2026 não parecia suficiente para o cumprimento do MRR, sendo desejável uma maior flexibilidade, pois caso contrário existiria o risco de não ser possível concretizar o acordado.

Foi ainda aduzido que os sinais eram preocupantes, e que a UE e os EM não poderiam deixar de ajudar as empresas e os cidadãos e de alterar os PRR, se necessário (**Ville VÄHÄMÄKI – Finlândia**) e questionada a posição da atual Presidência do Conselho da UE sobre o financiamento do programa *REPowerEU* e sobre a eventual extensão do prazo de implementação do MRR (**Margarida MARQUES – PE**).

Em resposta, **Marian PIECHA**, Adjunto no Ministério da Indústria e do Comércio da Tchéquia, sem renegar uma maior simplificação dos Planos nacionais, esclareceu que, no seu país, a estrutura de concretização do PRR e dos fundos estruturais era muito similar, anuindo que era mais fácil assentar numa plataforma já existente nos EM, pelo que até poderiam avançar com uma articulação entre ambas. Considerou ainda aconselhável que o PRR beneficiasse de assistência técnica, atendendo aos exigentes prazos fixados e aos recursos limitados dos EM. Desta forma, seria possível fomentar a política de coesão, colocando os Planos Nacionais em marcha, e criando uma ferramenta financeira mais duradoura.

A gravação vídeo do primeiro dia pode ser consultada [aqui](#).

➤ **Dia 2: 11 de outubro de 2022**

Sessão 2: Os custos da independência energética - o financiamento de medidas pela energia e pelo clima

A Sessão 2, moderada por **Ivan Adamec**, Presidente da Comissão de Assuntos Económicos da Câmara dos Deputados do Parlamento da Tchéquia, contou com as intervenções de **Luděk Niedermayer**, Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu, **Jozef Síkela**, Ministro da Indústria e do Comércio da Tchéquia, e **Jaroslav Míl**, Perito económico, antigo Diretor do Grupo ČEZ e antigo Comissário Governamental para a Energia Nuclear, a que se seguiu o debate com os participantes.



Luděk NIEDERMAYER, Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu, constatou que a crise energética era apenas uma das consequências da invasão da Ucrânia pela Rússia, acrescentando que apenas uma resposta conjunta permitiria à UE sair desta situação. Isto posto, juntando-lhe a urgência climática, sugeriu a adoção de soluções comuns, dando o exemplo das poupanças de energia, essenciais para a descarbonização e para a diminuição do consumo e para a garantia de fornecimento, fazendo também alusão ao recurso a energias renováveis. No que concerne à segurança dos abastecimentos, argumentou que os mesmos estariam garantidos neste Inverno, apesar de ainda existir um grande caminho a percorrer. Tudo isto era, aliás, o âmago do programa *REPowerEU*, que se encontrava em fase legislativa, no Parlamento Europeu. Neste cenário, os elevados níveis de inflação, se não controlados a tempo, acentuados pelo aumento da procura, poderiam afetar sobremaneira a economia, os cidadãos e as empresas. De igual forma, alertou para a sobre-exposição dos EM com dívidas públicas mais elevadas, registando que os investidores privados se apercebiavam dos riscos envolvidos. Depois de elencar um conjunto de medidas, tendentes à sustentabilidade energética, enalteceu os progressos rumo à independência face à Rússia neste capítulo, e destacou o papel assumido pelas instituições europeias.

Jozef SÍKELA, Ministro da Indústria e do Comércio da Tchéquia, denotou que não será fácil a um país como a Tchéquia assegurar a sua independência energética, mas que ainda assim continuavam com o investimento em energias renováveis, incentivando a modernização da economia. Comentou o processo de diversificação das fontes no seu país, que começara bem antes da guerra, fazendo particular menção à energia nuclear, encarada como sustentável, confiável e limpa, e como tal uma via para a segurança energética. Quanto ao gás natural, e tendo presentes os compromissos assumidos, entendeu que também era tempo de apostar em gases menos poluentes. Lembrou ainda as alterações legislativas introduzidas e a imperatividade de apoio ao desenvolvimento de fontes alternativas, sem esquecer a exigência de armazenamento. Sintetizando os fundos ao dispor dos EM neste cenário, definiu que a construção de uma estrutura energética demandava um elevado grau de cooperação, enumerando os setores abrangidos. Ao mesmo tempo, realçou a oportunidade de investimento em medidas de otimização energética nas diversas áreas, de acordo com o princípio “Eficiência energética em primeiro lugar”. No que tange à discussão sobre os subsídios



energéticos, classificou-os como essenciais para a transição verde. Colocou também o foco em projetos individuais e de rápida implementação.

Jaroslav MÍL, Perito económico, antigo Diretor do Grupo ČEZ e antigo Comissário Governamental para a Energia Nuclear, principiou por avisar que nem todos os custos da independência energética eram injustificados, e que a UE e os EM não pareciam estar interessados nas causas dos problemas, tentando apenas responder às consequências. Com efeito, ressaltou os erros do passado recente, em que a política russa substituiu tanques e canhões por petróleo e gás, perante a inércia europeia, que se repetiu em 2007, na Conferência de Segurança em Berlim, e também em 2009, quando o Presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, declarara que a energia era uma arma de guerra, sem deixar de aludir ao gasoduto Nordstream 1. Concluindo que nunca foi equacionada uma solução global, verificou que, em 2021 o preço da energia aumentou, sem que se tentasse atacar as causas. Já no que diz respeito à distribuição de gás, expressou que a UE tentava ir na direção certa, ainda que ninguém vendesse o gás barato, pelo que seriam necessárias alternativas. Do mesmo modo, especulou que ninguém parecia incomodado com a manipulação dos limites da emissão de gases, perguntando pelo dinheiro da diferença entre a produção e a venda deste produto. Afiançou, ainda, que muitas das medidas adotadas promoviam a inflação, em vez de a combater, considerando que a não adoção do modelo do *single buyer* havia sido um erro. Deste modo, alegou que a primeira medida poderia consistir na aproximação entre os preços de compra e venda, com a estabilização da segurança da energia, acreditando que as pessoas votarão em partidos populistas se os seus problemas não forem resolvidos e também que o mercado só funciona quando há paz e excesso de produção. Por último, aventou que a preocupação com o lucro, no passado, havia contribuído para a situação presente.

Teve então lugar a primeira ronda de intervenções do dia, em que usou da palavra o Deputado **Carlos BRÁS** (S&D), que afirmou que a globalização, como a conhecíamos, tinha acabado, dando lugar a novos paradigmas. Contudo, esta nova realidade evidenciara a prioridade da autonomia energética, que apenas poderá ser alcançada através do investimento em energias verdes e renováveis e da diversificação dos fornecedores, o que era fundamental na prossecução dos objetivos da transição climática. Realçou ainda a necessidade de promover uma rede de distribuição e de multiplicar os pontos de acesso aos mercados externos. Finalizou, lembrando que



Portugal assumia uma localização central a nível geoestratégico e que podia desempenhar um papel fundamental a esse respeito.

Esta ronda contou ainda com a participação de outros membros do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais, que, em síntese, chamaram a atenção para a transição climática, tendo por base o programa *REPowerEU* e apelando à capacidade da UE para trabalhar com os EM, eventualmente com uma segunda versão do programa *SURE* (**Margarida MARQUES – PE**); traçaram o ano de 2050 como o prazo-limite para a neutralidade carbónica, referindo-se aos subsídios e à fixação de preços (**Iason FOTILAS – Grécia**); apodaram o mercado atual de iliberal e ultrapassado, fazendo referência às cooperativas energéticas geridas por cidadãos (**Roberto URIARTE – Espanha**); preconizaram o investimento em diversas fontes de energia renováveis (**Arto PIRTILAHTI – Finlândia**); divulgaram a capacidade do seu país fornecer energia a outros EM (**Žarko TUŠEK – Croácia**); insistiram na diversificação de fontes de energia e em medidas responsáveis para a conservação das florestas (**Janne SANKALO – Finlândia**); recordaram o peso da dívida pública dos diferentes EM e reforçaram que a única resposta possível é a da Europa da solidariedade (**Stéphane SAUTAREL – França**); destacaram a promoção do hidrogénio, que pode ser armazenado e a imposição de limites nos preços, a fim de evitar uma desvantagem comparativa a nível europeu (**Andreas MINNICH – Áustria**); evocaram a desigualdade entre Estados, a imperatividade de segurança energética na sua região e os investimentos realizados (**Aleksandra TOMIC – Sérvia**); defenderam a inovação, traduzida na promoção de fontes alternativas de energia, analisando a reforma deste mercado (**Karsten KLEIN – Alemanha**); anunciaram que o seu país produziria gás no futuro e poderia contribuir para a independência energética, dada a sua posição estratégica (**Chrisis PANTELIDES – Chipre**); exortaram à redução imediata da dependência do gás russo, com a eventual aprovação de um imposto sobre lucros extraordinários (**Neale RICHMOND – Irlanda**); identificaram a hipótese de a economia verde contribuir para a manutenção de empregos (**Cevdet YILMAZ – Turquia**); enfatizaram a garantia de fornecimento e aquecimento dos lares do seu país (**Zoltán VAJDA – Hungria**); sinalizaram o aumento dos preços e a luta pela diversificação das fontes de energia (**Boglárka ILLÉS – Hungria**); invocaram a maximização das fontes de energia sem vetos ideológicos, lamentando que o seu país pudesse renunciar à utilização de energia nuclear (**Víctor Valentín PIRIZ – Espanha**); criticaram que quem mais beneficiava deste contexto eram os consumidores mais ricos (**Jürgen LIGI – Estónia**); e denotaram que



a situação nos mercados de gás e de eletricidade continuava muito difícil. (**Andreja KERT – Eslovénia**).

Em resposta, **Luděk NIEDERMAYER**, Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu, assentiu que os riscos que podiam advir do estabelecimento de limites de preços eram elevados, secundando as cautelas sobre o desperdício de fundos. Acompanhou, de igual modo, que todas as fontes de energia deveriam ser consideradas, mencionando o recurso a novas tecnologias, e equacionou o aumento da eficiência do mercado energético europeu, num mercado assente nas renováveis, completando que a capacidade devia ser sempre assegurada.

Por sua vez, **Jaroslav MÍL**, perito económico, antigo Diretor do Grupo ČEZ e antigo Comissário Governamental para a Energia Nuclear, dissertou que a continuação da ganância aportaria nefastos resultados, condenado os erros do passado, e contrapondo que era imperioso unificar e equilibrar o mercado, procurando soluções exequíveis. Atalhou que acreditar na tecnologia e fechar fontes que haviam funcionado no passado não era aconselhável, exemplificando com o armazenamento do hidrogénio, que era muito dispendioso. Assim, defendeu que se colocasse o foco nos consumidores, até porque algumas empresas abandonaram e continuariam a abandonar a Europa.

Em último lugar, foi concedida a palavra a **Jozef SÍKELA**, Ministro da Indústria e do Comércio da Tchéquia, que reconheceu que o imposto sobre lucros extraordinários na Tchéquia poderia ser uma medida aceitável em tempos excecionais. Sem prescindir, e com a continuação da guerra com a Rússia, advogou que intervir nos mercados deveria ser feito com medidas muito sensíveis, e também que o desafio para este Inverno seria garantir energia suficiente às famílias, sem descurar os objetivos de longo prazo.

Sessão 3: Consolidação da resiliência económica europeia - preparação para crises futuras

A Sessão 3, moderada por **Vít Kaňkovský**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Câmara dos Deputados do Parlamento da Tchéquia, contou com as intervenções de **Mikołaj Dowgielewicz**, Secretário-Geral Adjunto do Banco Europeu de Investimento, **Lina Gálvez Muñoz**, Membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos



Sociais do Parlamento Europeu (EMPL), e **Marian Jurečka**, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Tchécua.

Mikołaj DOWGIELEWICZ, Secretário-Geral Adjunto do Banco Europeu de Investimento (BEI), apodou a resiliência de ‘vacina para crises futuras’, não esqueceu os trágicos acontecimentos que decorriam na Ucrânia, analisando que quanto mais prolongada for a guerra, mais tempo demorará a reconstrução. Em seguida, aduziu que as crises nunca eram boas para o investimento, já que afetavam a confiança e a estabilidade, adiantando que apresentariam um pacote de propostas para o setor energético aos EM até ao final de outubro, com 3 pilares, a implementar até 2025. Isto dito, avalizou que a UE enfrentou a pandemia de forma exemplar, porque se tratou de um choque simétrico, e também pela rápida reação, pugnando pelo equilíbrio entre a política fiscal e monetária. De igual modo, não deixou de aconselhar que se tivessem em conta todos os mecanismos orçamentais, entre temporários e permanentes, nomeando os programas *NextGenerationEU* e *SURE* e diagnosticando que o mais importante era reduzir a severidade do impacto, até porque alguns EM ainda sentiam os efeitos da crise de 2007/2008. No que diz respeito à inovação, disse que a Europa não tinha noção do seu potencial de crescimento em algumas áreas, como a digitalização, prevendo que não seria possível assegurar a transição verde e digital até 2050 com a atual tecnologia. Ainda assim, mostrou otimismo com o facto de a Europa continuar a dominar, a nível industrial, o registo de patentes, o que revelava o seu potencial, verificando que existia um limite à intervenção das entidades públicas, pois em algumas vertentes teriam de ser as entidades privadas a assumir, como sucedera, por exemplo, quanto às vacinas da doença COVID-19, em especial na Europa, o que nos devia orgulhar. Perante isto, inferiu que grande parte do investimento deverá partir do setor privado, sem prejuízo do papel dos fundos disponíveis.

Lina GÁLVEZ MUÑOZ, Membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu (EMPL), resumiu que o mundo estava em mudança, o que reclamava adaptação e antecipação, porque este contexto gera desigualdades, acentuadas pela crise pandémica. Após afiançar que o programa *NextGenerationEU* já tinha sido desenhado tendo em conta a transição ecológica e digital, sobrestou que a Covid-19 trouxera uma lição: que as desigualdades tornam a sociedade mais frágil. De resto, não deixou de retorquir que, apesar de as vacinas terem resultado da iniciativa privada, esta havia sido financiada por fundos públicos, essenciais para os rápidos



sucessos alcançados. Prosseguiu destacando que, de acordo com o mapa traçado pelo PEDS, a coesão social não devia ser considerada uma prioridade de segunda, e também que os investimentos deveriam estar ligados à melhoria das organizações, e ainda que a descarbonização da sociedade gerava desafios sérios no que toca à justiça social. Por conseguinte, e perguntando-se pelas medidas que se impunham, fez a apologia de uma política fiscal adequada e de um programa *SURE* permanente, um fundo de estabilização económica e social que proteja as pessoas e apoie os EM; da abolição de um sistema baseado na especulação como reação à inflação; da melhoria dos salários mínimos e dos subsídios de desemprego e do combate à pobreza infantil. Por último, refletiu que os cidadãos, em especial os jovens, fugiam das democracias, aderindo a movimentos iliberais, o que exigia soluções no imediato, sendo igualmente imperioso aumentar a flexibilidade e preparar as próximas gerações para crises futuras.

Marian JUREČKA, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Tchéquia, valorizou a resposta europeia e mencionou a robustez do sistema social checo, que custava muito dinheiro do Orçamento do Estado. A título exemplificativo, citou o apoio a pessoas com deficiência e o pagamento de despesas familiares, que não deviam ser superiores a 1/3 do rendimento de cada agregado, sendo que todas as famílias receberão apoio financeiro para suportar as despesas de energia. Ressalvou que, durante a Presidência Checa, têm procurado soluções conjuntas, afastando de todo o modo uma competição entre os EM para o financiamento das respetivas indústrias, o que poderia desequilibrar as relações internas. Dada a fragilidade conjuntural, antecipou que, caso nada fosse feito nos próximos tempos, e dadas as tensões latentes, poderíamos testemunhar o advento de resultados eleitorais surpreendentes, desde logo daqui a dois anos, aquando das eleições para o PE. Desta forma, reiterou as suas preocupações com a solvabilidade das empresas, sublinhando o significado da comunicação das medidas e da harmonia entre os EM, e fazendo votos para a continuação da partilha de valores e boas práticas.

Seguiu-se então nova ronda de intervenções, em que começou por tomar da palavra a Deputada **ISABEL MEIRELLES** (S&D), que perante o agudizar geral das circunstâncias, vaticinou a assunção de medidas energéticas e de uma cooperação inquebrantável entre os EM, que não podiam descuidar o acelerar da inflação, ainda que esta já tivesse impactado o aumento das taxas de juro. Em segundo lugar, ventilou que também a política orçamental deveria acompanhar os esforços do Banco Central



Europeu (BCE) para controlar o aumento dos preços, tendo em vista o crescimento, as reformas estruturais e a implementação de novas políticas laborais. Fechou prevendo que, quanto mais depressa reagirmos, mais eficiente será a ajuda prestada.

Falou logo de seguida o Deputado **Miguel IGLÉSIAS** (S&D), que deu enfoque à Educação, em especial à qualificação digital e à investigação e desenvolvimento, apelando ao reforço do apoio financeiro da UE às Universidades e aos centros tecnológicos e científicos, cuja importância havia sido evidenciada pela pandemia, assim como a guerra na Ucrânia demonstrava o relevo da aposta em tecnologia e em cadeias de abastecimento mais inteligentes. A preparação para crises vindouras passava assim por esforços financeiros e orçamentais no ecossistema tecnológico e científico. Encerrou reforçando o papel do investimento em ciência, inovação e empreendedorismo.

Esta derradeira ronda reuniu ainda a participação de outros membros do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais, que, sucintamente, fizeram alusão à estratégia para os Balcãs, asseverando que a Sérvia continuaria a trabalhar em reformas, cotejando o respeito devido pela integralidade dos territórios da Ucrânia e do Kosovo (**Marija JEVDJIC – Sérvia**); perscrutaram que os desafios enunciados exigiriam um alto nível de financiamento, insistindo que as regras fiscais deveriam ser revistas e simplificadas, e indagando sobre o funcionamento da transição para o novo quadro financeiro, advogando a criação de um mecanismo permanente no Quadro Financeiro Plurianual (QFP), a ativar sempre que necessário (**Margarida MARQUES – PE**); acentuaram a importância da resiliência, em especial do mercado de trabalho, e elogiaram a flexibilização das regras europeias (**Andreas KAFKALIAS – Chipre**); apontaram a setores económicos que possam criar emprego, almejando o aumento da mobilidade na Europa, sem retrocessos, e dando o exemplo recente do seu país (**Jerome CARUANA CILIA – Malta**); estabeleceram o relevo de lidar com a globalização e o aumento dos preços, em especial da energia, tal como na Croácia (**Grozdana PERIĆ – Croácia**); reivindicaram mais investimento em energias renováveis e a sua aplicação na prática (**Arto PIRTTILAHTI – Finlândia**); reclamaram mais Europa e mais solidariedade (**Savoulla ORPHANIDOU – Chipre**); exortaram à uniformização de políticas e ao estreitar das relações da UE com a Turquia (**Cevdet YILMAZ - Turquia**); deram voz às dificuldades sentidas pelos cidadãos e amplificaram a necessidade de pensar nas gerações futuras (**Víctor Valentín PIRIZ – Espanha**); priorizaram uma



abordagem de longo prazo, salvaguardando a Europa como espaço de democracias liberais, sem esquecer outras medidas no imediato (**Christian PETRY – Alemanha**); compararam a recuperação dos membros da Zona Euro com a dos outros EM da UE, que puderam dispor das próprias moedas durante a crise pandémica (**Igors PIMENOV – Letónia**); sobrevalorizaram, no âmbito do MRR, que os recursos da UE são dos EM, somando dúvidas sobre a distribuição dos fundos e da política de combate à inflação (**José María SÁNCHEZ – Espanha**); comentaram o equilíbrio entre disciplina e sustentabilidade fiscal e o apoio à economia, fixando o investimento e o trabalho como cruciais (**Boglárka ILLÉS – Hungria**); expuseram que a guerra agravou dificuldades anteriores, deixando o seu país à beira da recessão, antevendo como solução a aposta no mercado de trabalho e no pleno emprego (**Zoltán VAJDA – Hungria**); repetiram o fulcro da inovação, mormente a tecnológica, na competitividade com os Estados Unidos da América (EUA) e a China (**Ville VÄHÄMÄKI – Finlândia**).

Em réplica, **Lina GÁLVEZ MUÑOZ**, Membro da EMPL, regozijou-se com o consenso face à transição verde e digital, sem esquecer a justiça social, para que ninguém nem nenhum território ficasse para trás. Recomendando cuidado com o aumento das taxas de juro, assentiu com a reforma das instituições, caso se deseje uma resposta unívoca às crises. Pediu ainda que não se ignorasse que o investimento público em educação e ciência estava na origem, em muitos casos, do investimento privado das empresas, esperando que os sistemas fiscais pudessem ser mais progressivos e resilientes, permitindo a adoção de políticas eficazes em todas as crises, atuais e futuras.

Por seu turno, **Mikołaj DOWGIELEWICZ**, Secretário-Geral Adjunto do Banco Europeu de Investimento, alinou com os que solicitaram a mobilização de fundos para a transição verde e digital, não se podendo olvidar, no entanto, que os mecanismos de crise eram isso mesmo, mecanismos de crise, e que nestas alturas se devia lançar mão de todas as medidas, assinalando que o Orçamento Europeu praticamente não fora falado, e que por vezes essa era uma das fraquezas da Europa: quedar-se pelos conceitos abstratos. A finalizar, caucionou que o BEI era um grande financiador da coesão, e que também aqui havia um papel substancial para estes instrumentos.

Por fim, **Marian JUREČKA**, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Tchécua, revelou-se assustado com o crescimento do orçamento do seu ministério, e que não podia ficar descansado com a necessidade de pagar os



empréstimos recebidos. Lamentou a grande vulnerabilidade e dependência do exterior quanto a matérias-primas e componentes, bem como a falta de recursos humanos e a dependência da imigração, não se podendo evitar a emergência da discussão sobre digitalização e robotização. Por último, e apesar de todos dizerem que não se podia deixar ninguém cair, contrabalançou que não era realista esperar ajudar toda a gente, admitindo que daqui a poucos anos poderíamos vivenciar outras crises, talvez até mais graves do que esta, o que poderia incrementar ainda mais os populismos que por ora já medravam.

- Sessão de encerramento

O encerramento da conferência competiu a **Ivan ADAMEC**, Presidente da Comissão de Assuntos Económicos da Câmara dos Deputados do Parlamento da Tchéquia. O orador alvitrou que não seria a última vez que se discutiriam estes tópicos, interrogando-se sobre o que acontecerá se a situação na Ucrânia se prolongar indefinidamente, e ainda se o Presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, for substituído no cargo. Na verdade, determinou como principal conclusão da conferência a afirmação de independência da Rússia, v.g. energética, e o combate à pobreza nos EM, sabendo que a diversidade histórica da Europa é a sua maior riqueza. Admitindo a necessidade de, por vezes, dar passos impopulares, testemunhou que todos os dias ouve dos cidadãos que não percebem a gravidade da situação, o que demonstra a insuficiência de comunicação, que carece de ser colmatada, até porque enfrentamos uma guerra híbrida: as pessoas não se conseguem orientar com a enxurrada de informação que recebem, pelas mais diversas vias. Tudo somado, adivinhou que provavelmente se discutiriam problemas semelhantes durante a próxima Presidência Sueca do Conselho da UE. De todo o modo, deixou claro que a guerra não seria o fim do Pacto Ecológico Europeu, até porque este era indispensável para garantir a independência energética europeia e a neutralidade carbónica, que devia ser o objetivo primacial. Em síntese, agradeceu a presença e a participação de todos, convidando-os a marcarem presença na próxima conferência, organizada pelo Parlamento da Suécia, e rematando que o futuro da Europa está a ser construído hoje, desejando que o mesmo seja brilhante e inspirador.

A gravação vídeo do segundo dia pode ser consultada [aqui](#).



III. Notas Finais

Para além das intervenções citadas em nota de rodapé, toda a documentação referente a esta Conferência pode ser consultada na página da internet disponível nesta [ligação](#).

Assembleia da República, 22 de dezembro de 2022

A Presidente da Comissão
de Trabalho, Segurança
Social e Inclusão e
Chefe da Delegação

Manuel Pinheiro

